



**AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES: RESGATE DE SABERES E PRÁTICAS NA PROMOÇÃO DA
SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

MILENA REGINA MUSSOI¹

VERIDIANE GUIMARÃES RIBAS SIROTA²

MÔNICA DE CALDAS ROSA DOS ANJOS³

ADRIELLA CAMILA GABRIELA FEDYNA DA SILVEIRA FURTADO DA SILVA⁴

O sistema agroalimentar hegemônico, voltado à produção de *commodities*, tem provocado a exclusão e substituição de alimentos culturalmente utilizados e considerados básicos da prática alimentar da população brasileira. Este modelo de produção, além de colaborar com a situação de insegurança alimentar e nutricional, em especial, no campo, tem provocado outras consequências que englobam desde a dificuldade de acesso a alimentos, até a criação de um contexto de exclusão social, de insustentabilidade ambiental e de prejuízos à cultura e à diversidade na produção e consumo alimentar. Com base neste cenário, as indústrias alimentícias, apropriando-se de conhecimentos científicos e do poder de divulgação em massa, vêm ganhando espaço e projeção de seus produtos nos mercados de alimentos, suprimindo, da população consumidora, qualidade e diversidade alimentar. Na contramão do sistema agroalimentar convencional, e com base em outro modelo de sociedade que visa a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), estratégias voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar, especialmente de base agroecológica, têm sido cada

¹Graduanda em Nutrição da Universidade Federal do Paraná – milenamussoi@gmail.com

²Graduanda em Nutrição da Universidade Federal do Paraná – veridianesirota@yahoo.com.br

³Professora do Departamento de Nutrição da Universidade Federal do Paraná – mcranjos@yahoo.com.br

⁴Nutricionista no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família pela Universidade Federal do Paraná – adriellacamilafurtado@hotmail.com

vez mais frequentes, exitosas e necessárias. Dentre estas estratégias, cita-se o projeto de extensão “Resgatando saberes e práticas: aproximação necessária entre produção e consumo de alimentos para formação e atuação crítica e consciente de nutricionistas”, proposto pelo Departamento de Nutrição da Universidade Federal do Paraná, em parceria com quatro entidades agroecológicas do estado paranaense. Esta proposta tem por objetivo a construção de novos olhares e saberes para promoção da SSAN, a partir da relação campo-cidade e produtor(a)-consumidor(a). Entre as ações, destaca-se o fortalecimento e a consolidação de agroindústrias familiares, por conta da capacidade que apresentam em ampliar a diversidade de produtos para fins de comercialização, agregando valor de renda, social, cultural e simbólico, a alimentos – muitas vezes considerados excedentes agrícolas. Neste processo, que amplia o olhar para o valor do alimento, prioriza-se o resgate cultural, nas perspectivas do campo e do preparo de produtos, destacando-se o papel fundamental da circulação de saberes e práticas intergeracionais, respeitando-se os atores sociais envolvidos, bem como o alimento para além do seu papel, meramente, biológico.

Palavras-Chave: Agroindústrias Familiares; Resgate de Saberes e Práticas; Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

“Todas as coisas estão ligadas
como o sangue que une uma família...
Tudo o que acontece à terra,
acontece com os filhos e filhas da terra.
O homem não tece a teia da vida;
Ele é apenas um fio.
Tudo o que faz à teia, ele faz a si mesmo”.
 (“Ted Perry, inspirado na carta do Chefe
Seattle”. In: DAMBRÓS; ARL, 2009).

O sistema agroalimentar hegemônico caracteriza-se pela produção de *commodities* conforme a lógica mercadológica, produzindo em larga escala e para o mercado externo, possuidor de cotação e de negociabilidade globais (BRASIL, MDIC, 2015). O mercado exportador abre espaço para produtos vendidos para grandes indústrias, levando a uma política externa que faz com que as pequenas propriedades percam sua função e os agricultores sejam sufocados pelas exigências do mercado (HAMMEL; SILVA; ANDREETTA; 2007).

No Brasil, este atual modelo de produção agrícola, imposto durante o regime militar e difusão da Revolução Verde, chamado convencional, foi largamente apoiado por políticas públicas mediante assistência técnica, pesquisa, crédito, e isenções fiscais. A expansão deste modelo fez com que a produção diversificada de alimentos para autoconsumo, culturalmente utilizada, fosse gradativamente substituída por um sistema baseado em monoculturas, dependentes do uso intenso de mecanização e de insumos - adubos químicos, agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas (DAMBRÓS; ARL, 2009).

Conforme Martins e Monteiro (2014), as mudanças observadas nas formas de produção e distribuição de alimentos estão associadas, e em parte são determinantes, as mudanças nos padrões alimentares da população brasileira. Este sistema de produção, segundo os autores, é controlado por grandes empresas transnacionais e, grandes redes de varejo, que possuem forte domínio sobre preços praticados, exercendo impactos negativos sobre a distribuição de renda, autonomia dos agricultores, acesso físico e financeiro da população a alimentos frescos e proteção dos recursos naturais e da biodiversidade.

A indústria alimentar e as grandes redes de varejo priorizam a oferta de produtos ultraprocessados de baixo valor nutricional e impõem crescentes bloqueios à capacidade de decisão dos cidadãos sobre sua própria alimentação (SCHOTTZ, 2015).

O modo de produção convencional tem gerado uma insustentabilidade ambiental, por promover a degradação da natureza, por meio do uso maciço de adubos químicos, agrotóxicos e monocultura, resultando em um ciclo vicioso, com a utilização cada vez mais expressiva de

produtos sintéticos, com a alegação de manter ou melhorar a produtividade (DAMBRÓS; ARL, 2009). Este sistema torna o produtor dependente das multinacionais, fabricantes destas tecnologias, e cujo emprego ocorre por conta da ineficiência auto-produzida, que possibilita, às pragas agrícolas, o desenvolvimento de mecanismos de defesa aos venenos aplicados, levando ao surgimento de insetos e plantas resistentes (LONDRES, 2011).

À medida que o modelo de produção de alimentos passa a ser visto como causador de mudanças nas relações sociais e de produção agrícola, provocando êxodo rural, desmatamento, concentração de renda, contaminação dos recursos naturais e dependência econômica, outras práticas ecológicas, que anteriormente já eram praticadas, passam a ser consideradas necessárias como resistência à produção insustentável. Neste contexto, se sobressaem práticas ligadas a agroecologia, realizadas por meio da relação harmônica entre pessoas e natureza, unindo conhecimentos populares e intergeracionais às práticas saudáveis e viáveis nas propriedades da agricultura familiar camponesa (DALLAGNOL; SANTOS; ARL, 2010).

Para além de tais aspectos produtivos, a agroecologia configura-se como movimento e prática social, unindo ciência ao conhecimento popular, promovendo preservação da biodiversidade e inclusão social e o acesso de todos aos alimentos considerados puros e saudáveis (DALLAGNOL; SANTOS; ARL, 2010). Segundo CARNEIRO *et al.* (2015), foi no fim dos anos 1920 que a agroecologia foi vista também como campo de estudos, conectando as perspectivas da ecologia à construção do conhecimento na agricultura, sendo referência na orientação de políticas voltadas à agricultura e ao desenvolvimento rural a nível internacional.

Dessa maneira a agroecologia demonstra papel crucial em diferentes perspectivas no campo e na cidade, citando-se: a produção de alimentos saudáveis com conservação da terra, água, biodiversidade e paisagens rurais; a superação da pobreza rural e promoção de maiores níveis de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)⁴; a emancipação das mulheres; o estímulo à juventude; a geração de trabalho digno no meio rural e; a conservação e valorização das culturas, práticas e saberes locais (CARNEIRO *et al.*, 2015).

⁴ A agroecologia tem potencial para promover além da SAN, a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), sendo entendida por Bezerra (2010, p.26), como “[...] o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o acesso regular e permanente a uma alimentação saudável, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, a luz do direito humano à alimentação adequada e saudável para toda a população. A SSAN deve ser pautada na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, além de ser totalmente baseada em práticas alimentares promotoras da saúde, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais”.

Dentre as estratégias de fortalecimento da agricultura familiar, destaca-se o papel das agroindústrias familiares, promotora da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), por meio da agregação de valor à matéria-prima agropecuária, englobando, para além dos padrões sanitários estabelecidos, aspectos ambientais, sociais e culturais em um contexto de produção de alimentos que dinamiza o espaço rural, cria postos de trabalho e oferta produtos diferenciados, inseridos no hábito cultural de consumo das famílias e das comunidades (SGARBI *et al*, 2007). Do ponto de vista do desenvolvimento rural, essas iniciativas são formas alternativas ao padrão de desenvolvimento existente no campo nas últimas décadas.

A agroindústria familiar rural conceituada como uma unidade de processamento de alimentos de um(a) agricultor(a) familiar ou de uma comunidade, localiza-se em propriedades ou aglomerados rurais, sendo considerada ambiente favorável ao resgate de saberes e práticas tradicionais. Na produção, manipulação e processamento dos alimentos, leva-se em conta as matérias-primas e a força de trabalho dos(as) agricultores(as) associados(as), gerando renda para as comunidades (SGARBI *et al*, 2007), por meio da agregação de valores aos alimentos, mantendo os agricultores ativos enquanto atores sociais, na busca de sobrevivência nos espaços rurais.

Segundo Prezotto (2002), uma agroindústria rural de pequeno porte deve ter os seguintes aspectos: a) ser de propriedade dos(as) agricultores(as) familiares, individualmente ou em grupo, que serão responsáveis tanto pela produção de matéria-prima, bem como da industrialização de sua produção agropecuária; b) a matéria-prima para agregação de valor provém das propriedades dos(as) agricultores(as), conferindo certa autonomia e disponibilidade em quantidades precisas, momentos específicos, baixo custo e garantia da qualidade; c) a força de trabalho é familiar tanto na produção como na industrialização e gera aumento do total da renda familiar dos(as) associados(as); d) os equipamentos utilizados não possuem nível alto de sofisticação e automatização; e) a escala de produção está harmonicamente ajustada entre número de pessoas que trabalham e tamanho dos equipamentos e das instalações; f) o aproveitamento da execução do trabalho familiar e da matéria prima, com baixo custo de transporte, além da gestão do empreendimento pelos(as) agricultores(as) é favorecido devido à sua localização em meio rural; g) os produtos são diferenciados, considerados então de qualidade ampla, que inclui aspectos como o ecológico, social, cultural.

Dessa maneira, as características de uma agroindústria rural de pequeno porte, citadas por Prezotto (2002), ultrapassam o modelo convencional de empreendimento, promotor de

exclusão e possuidor de caráter apenas econômico, sendo características para uma agroindústria articulada com a lógica da agricultura familiar, adaptadas ao local, e sustentáveis.

Em comunhão com a sustentabilidade ambiental promovida por uma agroindústria familiar de base agroecológica, pode-se dizer que tais empreendimentos abrem cenário para a produção diversificada e de qualidade de produtos que utilizam como matéria-prima espécies da agrobiodiversidade regional, inclusive com espécies ameaçadas de extinção, ou de serem perdidas e de sofrerem erosão genética (KINUPP; LORENZI, 2014). Neste contexto, um dado alarmante é que do total de plantas alimentícias existentes, apenas 20 espécies fornecem 90% do alimento mundial, a exemplo do trigo, milho e arroz. A alimentação torna-se monótona, ao passo que poderia ser constituída por cereais, tubérculos, rizomas, raízes tuberosas, frutas e hortaliças diversas, tais como as Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) que podem ser utilizadas para diversificar a alimentação, preservar a agrobiodiversidade e ser fonte de renda em agroindústrias familiares (KINUPP; LORENZI, 2014).

Um diferencial das agroindústrias familiares agroecológicas é o distanciamento da padronização e homogeneização das preparações das agroindústrias convencionais, além de priorizar a identificação da origem dos alimentos, incluindo as condições socioambientais, culturais e éticas em que foram produzidos, fazendo jus a qualidade ampla, orientada por Prezotto (2002), que considera que tais condições culminam em alimentos justos e socialmente dignos.

Visto a importância das agroindústrias familiares para o desenvolvimento da agricultura familiar, bem como da agroecologia, estratégias vêm ao encontro do fortalecimento destes setores, culminando na promoção e sustentação da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, como as ações a serem desenvolvidas no projeto “Resgatando saberes e práticas: aproximação necessária entre produção e consumo de alimentos para formação e atuação crítica e consciente de nutricionistas”, proposto pelo Departamento de Nutrição da Universidade Federal do Paraná, em parceria com quatro entidades agroecológicas do estado do Paraná.

Com a intenção de unir a ciência da Nutrição à relação produção-consumo de alimentos, o diálogo de saberes e práticas permeia como estratégia para formação de nutricionistas críticos(as) e engajados(as) no contexto socioeconômico, cultural, ético, político e ambiental, no qual se encontra o sistema de produção e consumo de alimentos, abrindo espaço para o debate sobre os diferentes sistemas, hegemônico e contra-hegemônico, de produção de alimentos. Na perspectiva dialógica, o conhecimento é produzido coletivamente,

respeitando-se o saber popular e o conhecimento científico de modo a compreender os agroecossistemas. Socialização que, segundo Toná e Guhur (2009), vem ao encontro da práxis dos sujeitos ao desvelamento das necessidades reais da agroecologia.

Neste sentido e, considerando a extensão como comunicação, conforme proposto por Freire (2010), o projeto supracitado foi estruturado para ocorrer em três momentos distintos. O primeiro e o segundo contemplam a codificação, problematização e descodificação das situações-limite para seu desvelamento, e o terceiro envolve a socialização de conhecimentos técnicos e científicos voltados ao funcionamento seguro das agroindústrias familiares. Dentre os objetivos, propõem-se: implementação e manutenção das unidades produtivas, visando à produção, divulgação, comercialização e avaliação da aceitabilidade dos produtos de base agroecológica; bem como capacitação técnica, política e cidadã, de modo a promover a autonomia e o empoderamento do grupo.

Torna-se evidente que os processos de produção transformação, circulação, comercialização e consumo necessitam de uma ressignificação, inserida em uma lógica diferenciada da qual rege o sistema agroalimentar hegemônico. Como alternativa, surge a perspectiva da sustentabilidade da Nutrição, o que significa fomentar um sistema agroalimentar ecológico, garantindo acesso à terra e aos meios de produção e viabilizando as condições de reprodução social da agricultura familiar (AZEVEDO, 2004).

Neste cenário e, compreendendo o papel de nutricionistas neste processo de desconstrução do modelo hegemônico de produção de alimentos, faz-se necessário, apresentar a realidade do campo de estudo, para que, na integração, seja possível remover as vendas que impedem a percepção das opressões que mantêm limitadas a compreensão, bem como a atuação para transformação da realidade.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, E. Alimentação e modos de vida saudável. **Saúde Rev.** 2004.

BEZERRA, I. “Nesta terra, em que se plantando tudo dá?” **Política de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no meio rural paranaense, o caso do PAA.** Natal, 2010. 333f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Exportação de commodities.** Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1955>>. Acesso em: 11/10/2015.

SGARBI, J.; CRUZ, F. T.; PREZOTTO, L. L.; KROLOW, A. C. (coord.) **Agroindústria familiar rural: contribuições para o desenvolvimento agroecológico.** Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor(CAPA), 2007.

CARNEIRO, F. F.; AUGUSTO, L. G. S.; RIGOTTO, R. M.; FRIEDRICH, K.; BÚRIGO, A.C. (coord). **Dossiê ABRASCO: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** Rio de Janeiro/ São Paulo: Expressão Popular, 2015.

DALLAGNOL, A. H.; SANTOS, A. P.; ARL, V. (coord). **Cartilha de Agroecologia: “Manifestando nossa Existência, organizando a resistência e produzindo soberania”:** Articulação dos agroecologistas Região Centro Oeste e Centro Sul. Irati, PR: Criart Digital Ltda, 2010.

DAMBRÓS, O.; ARL, V. (coord). **Transição Agroecológica em Sistemas Familiares de Produção: Construindo desenvolvimento social, econômico e ambiental.** Francisco Beltrão, PR: Kaygangue, 2009.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HAMMEL, A.C.; SILVA, N.J.C.; ANDREETTA,R. **Escola em Movimento: A Conquista dos Assentamentos. Colégio Estadual Iraci Salete Strozak**. 1. ed. Rio Bonito do Iguaçú, PR: Progressiva Ltda, 2007.

KINUPP, V. F.; LORENZI, H. **Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) no Brasil: Guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas**. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2014.

LONDRES, F. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida**. Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

MARTINS, A. P. B.; MONTEIRO, C. A. A transição alimentar e nutricional no Brasil. In: **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil**. Um retrato multidimensional. Relatório. Brasília, 2014.

PREZOTTO, L. L. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. Florianópolis: **Rev. Ciências Humanas**, n. 31, p. 133-153, abril de 2002.

SCHOTTZ, V. Agroecologia é esperança. In: **Impérios alimentares ameaçam a vida**. Jornal Aldeia – Produzido pela FASE Programa Amazônia em parceria com o Fórum da Amazônia Oriental (FAOR), jun., 2015.

TONÁ, N.; GUHUR, D. M. P. O Diálogo de Saberes, na Promoção da Agroecologia na Base dos Movimentos Sociais Populares. **Revista Brasileira de Agroecologia**, vol. 4, No.2, Novembro de 2009. Disponível em: <http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/4660/3462>. Acesso em: 17/10/2015.